Título: PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS - RECONSTITUIÇÃO DA CARREIRA - AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO.

Data: 13-11-2018

Parecer N.º: DAJ- Proc. 112/2018

Informação N.º: I04388-2018

Solicitou o Município de parecer jurídico a esta Comissão de Coordenação e desenvolvimento Regional sobre a seguinte questão:

Após a integração de vários trabalhadores nos termos da Lei n.º 112/2017 de 29 de dezembro, pretende a Autarquia proceder à reconstituição da carreira dos trabalhadores nos termos do artigo 13.º daquele diploma, pelo que questiona a forma de efetuar a contagem do tempo que deu origem à regularização extraordinária dos trabalhadores, no caso deste não se encontrar avaliado.

Em ordem ao exposto, cumpre informar:

1. A Lei n.º 112/2017 de 29 de dezembro, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2018, veio estabelecer os termos da regularização prevista no programa de regularização extraordinária dos vínculos precários de pessoas que exerçam ou tenham exercido funções que correspondam a necessidades permanentes da Administração Pública, de autarquias locais e de entidades do setor empresarial do Estado ou do setor empresarial local, sem vínculo jurídico adequado, a que se referem o artigo 25.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2017, de 28 de fevereiro.

O diploma regula todas as fases da regularização do pessoal, inclusive a forma da contagem do tempo de serviço prestado em situação irregular para efeitos do posicionamento remuneratório na carreira e categoria de integração.

A este respeito refere o artigo 13.º daquele diploma, o seguinte:

Artigo 13.º

Contagem do tempo de serviço anterior

1 - Após a integração e o posicionamento remuneratório na base da carreira respetiva, para efeitos de reconstituição da carreira, o tempo de exercício de funções na situação que deu origem à regularização extraordinária releva para o desenvolvimento da carreira, designadamente para efeito de alteração do posicionamento remuneratório, com ponderação de um critério de suprimento da ausência de avaliação de desempenho em relação aos anos abrangidos, a qual produz efeitos a partir do momento de integração na carreira.

2 - Para efeitos de alteração de posicionamento remuneratório, na ausência de avaliação de desempenho, deve ser observado o disposto no artigo 43.º da Lei n.º 66 -B/2007, de 28 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 64 -A/2008, de 31 de dezembro, 55 -A/2010, de 31 de dezembro, e 66 -B/2012, de 31 de dezembro, com as necessárias adaptações.

3 - O tempo de exercício de funções na situação que deu origem ao processo de regularização extraordinária releva para efeitos de carreira contributiva, na medida dos descontos efetuados.

Por outro lado, na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 112/2017, e com vista a auxiliar a interpretação e aplicação do PREVPAP às autarquias locais e outras entidades do poder autárquico, veio a ser disponibilizado pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), um Guião, que pode ser consultado em www.portalautarquico.pt/ficheiros/, em formato de Perguntas Frequentes que refere o seguinte a propósito da situação em análise:

?(?)

FAQ.VII.5. Qual a posição remuneratória a atribuir aos trabalhadores recrutados no âmbito destes procedimentos concursais?

A posição remuneratória nas carreiras pluricategoriais corresponde à 1.º posição remuneratória da categoria de

base da carreira.

Nas carreiras unicategoriais, corresponde à 1º posição remuneratória da categoria única da carreira ou à 2º posição remuneratória da categoria única da carreira geral de técnico superior.

FAQ.VII.6. O tempo de serviço anterior à integração do trabalhador é contado para efeitos de reconstituição de carreira?

Sim. Para efeitos de reconstituição da carreira, o tempo de exercício de funções na situação que deu origem à regularização extraordinária releva para o desenvolvimento da carreira, designadamente para efeito de alteração do posicionamento remuneratório, com ponderação de um critério de suprimento da ausência de avaliação de desempenho em relação aos anos abrangidos.

A reconstituição da carreira realizada produz efeitos a partir do momento de integração na carreira.

FAQ.VII.7. Como proceder em caso de ausência de avaliação de desempenho para efeitos de alteração de posicionamento remuneratório?

Na ausência de avaliação de desempenho e para efeitos de alteração de posicionamento remuneratório deve ser observado o disposto no artigo 43.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, com as necessárias adaptações.

FAQ.VII.8. O tempo de exercício de funções na situação que deu origem ao processo de regularização extraordinária é considerado para efeitos da carreira contributiva?

Sim. O tempo de exercício de funções que deu origem ao processo de regularização extraordinária releva para efeitos de carreira contributiva, de acordo com os descontos efetuados.

(?)?

Também a Direção-Geral da Administração e Emprego Público contém no seu site um conjunto de questões sobre esta matéria, das quais transcrevemos pelo seu interesse para a situação em análise, as seguintes:

(?)?

32. Qual o tempo de serviço a ter em conta para efeitos de reconstituição da carreira?

Para efeitos de reconstituição da carreira, apenas deverá ser considerado o período de exercício de funções na situação que deu origem à regularização extraordinária, porquanto foi o único sob o qual existiu um juízo quanto à sua inadequação.

33. De que forma pode ocorrer a alteração do posicionamento remuneratório devida à contagem do tempo de serviço anterior?

Na ausência de avaliação de desempenho, deve atuar como fator de ponderação e suprimento dessa ausência de avaliação, a ponderação curricular prevista no artigo 43.º do SIADAP, com as necessárias adaptações, que se traduz numa apreciação do currículo do trabalhador, em que são considerados, entre outros componentes:

- as habilitações académicas e profissionais;
- a experiência profissional e a valorização curricular;
- o exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social.

A ponderação curricular é expressa através de uma valoração que respeite a escala de avaliação qualitativa e quantitativa e as regras relativas à diferenciação de desempenhos previstas pelo SIADAP 3. (Cfr. n.º 2 do artigo 13.º Lei PREVPAP, artigo 43.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro (SIADAP) e Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de fevereiro).

(?)?

2. Do exposto, verificamos que o legislador, bem como as entidades que tratam as questões relativas à Administração Pública apenas admitem, para suprimir a falta de avaliação do tempo de serviço prestado em situação irregular, o recurso ao disposto no artigo 43º da Lei nº 66-B/2007.

Este normativo dispõe em concreto o seguinte:

Artigo 43.º

Ponderação curricular

1 - A avaliação prevista no n.º 7 do artigo anterior traduz-se na ponderação do currículo do titular da relação jurídica de emprego público, em que são considerados, entre outros, os seguintes elementos:

- a) As habilitações académicas e profissionais;
- b) A experiência profissional e a valorização curricular;
- c) O exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social, designadamente actividade de dirigente sindical.

2 - Para efeitos de ponderação curricular, deve ser entregue documentação relevante que permita ao avaliador nomeado fundamentar a proposta de avaliação, podendo juntar-se declaração passada pela entidade onde são ou foram exercidas funções.

3 - A ponderação curricular é expressa através de uma valoração que respeite a escala de avaliação qualitativa e quantitativa e as regras relativas à diferenciação de desempenhos previstas na presente lei.

4 - A ponderação curricular e a respectiva valoração são determinadas segundo critérios previamente fixados pelo Conselho Coordenador da Avaliação, constantes em acta, que é tornada pública, que asseguram a ponderação equilibrada dos elementos curriculares previstos no n.º 1 e a consideração de reconhecido interesse público ou relevante interesse social do exercício dos cargos e funções nele referidas.

5 - Os critérios referidos no número anterior podem ser estabelecidos uniformemente para todos os serviços por despacho normativo do membro do Governo responsável pela Administração Pública.

O despacho referido é o Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de Fevereiro.

É de referir que para suprimir a falta de avaliação do tempo que motivou a regularização pela Lei 112/2017 deve haver ponderação do currículo do titular da relação jurídica de emprego público, podendo ser considerados outros elementos para além daqueles mencionados no artigo 43º da Lei 66-B/2007, visto o legislador ter utilizado expressões abertas no normativo ao referir que a ponderação curricular deve ser efetuada ?com adaptações? e que devem ser considerados ?de entre outros os seguintes elementos?.

Acresce que não há que esperar pelo cumprimento da calendarização normal da avaliação do desempenho realizada bianualmente pelos serviços, devendo dar-se cumprimento ao disposto no artigo 13º do PREVPAP após a integração e o posicionamento remuneratório na base da carreira do trabalhador, tendo-se em conta que a reconstituição da carreira realizada produz efeitos a partir do momento de integração na carreira.

Em conclusão:

I. Tanto o legislador do PREVPAP, bem como as entidades que tratam as questões relativas à Administração Pública apenas admitem, para suprimir a falta de avaliação do tempo de serviço prestado em situação irregular (para efeitos da reconstituição da carreira ao abrigo do artigo 13º, da Lei nº 112/2017), o recurso ao disposto no artigo 43º da Lei nº 66-B/2007.

II. Nestes termos para suprimir a falta de avaliação do tempo que motivou a regularização pela Lei 112/2017 deve haver ponderação do currículo do titular da relação jurídica de emprego público.

III. Para este efeito, podem ser considerados outros elementos para além daqueles mencionados no artigo 43º da Lei 66-B/2007, visto o legislador ter utilizado expressões abertas no normativo.

IV. Deve dar-se cumprimento ao disposto no artigo 13º do PREVPAP, após a integração e o posicionamento remuneratório na base da carreira do trabalhador, e não esperar pelo cumprimento da calendarização da avaliação do desempenho normal do serviço, tendo-se em conta que a reconstituição da carreira realizada produz efeitos a partir do momento de integração na carreira.

Relator: Gertrudes Castelo Gonçalves